



**PARECER EM RECURSO ADMINISTRATIVO.
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2023-SEINFRA-CELOS
RECORRENTE: GTM ENGENHARIA LTDA
RECORRIDA: DECISÃO DE INABILITAÇÃO PELA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



Trata-se de recurso administrativo interposto pela recorrente, devidamente qualificada, através de seu representante legal, à presente TOMADA DE PREÇOS, irresignada com a decisão desta Comissão Especial de Licitação que a **INABILITOU**, alegando violação as condições estabelecidas no Edital, relativas a **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**, em especial a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Municipais, emitida pela Secretaria de Finanças, deste Município.

CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE:

Preliminarmente nos manifestarmos favorável aos pressupostos da legitimidade e interesse recursal, pois o recurso foi protocolado tempestivamente pela recorrente, que participou da fase inicial do certame.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Das decisões proferidas pela Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, caberá recurso nos casos de:

a) habilitação e/ou inabilitação;

(...) 10.4. Os recursos deverão ser dirigidos ao Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, através da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, e interpostos mediante petição subscrita por representante legal da recorrente, contendo as razões de fato e de direito com as quais deseje impugnar a decisão proferida.

10.5. Os recursos deverão ser protocolados na Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, no devido prazo legal,



não sendo conhecidos os interpostos fora do prazo legal ou em outro órgão da Administração Municipal.



DAS RAZÕES:

De acordo com a publicação em diário oficial do município do dia 19 de maio de 2023, a GTM Engenharia Ltda.

Está INABILITADA por descumprimento dos itens:

"2.3. Para participarem os interessados deverão comprovar que estão adimplentes, quanto aos tributos municipais, com o Município de Aracati através da apresentação da Certidão Negativa de Tributos Municipais com a Secretaria de Finanças Municipal obtido no site: www.aracati.ce.gov.br/servicos/certidaonegativa."

DO PEDIDO:

De sorte, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito, para que seja ANULADA A DECISÃO EM APREÇO. Declarando está a empresa HABILITADA para prosseguir no pleito, em razão de suas justificativas:

A) JUSTIFICATIVA DO ITEM 2.2 - Não houve má fé na apresentação da Certidão Negativa de Débitos, pelo fato de o cadastro da empresa junto ao município ter sido realizado no dia 21/03/2023, poucos dias antes do processo licitatório conforme pode ser comprovado pelo CRC anexado na documentação de habilitação, com isso o site da prefeitura não implantou em tempo hábil o cadastro da empresa para que assim pudéssemos realizar a emissão da certidão, nos impossibilitando de sua emissão até a abertura do certame em 30/03, sendo possível sua impressão apenas no dia 31/03/23 as 11:36, conforme anexo.

De forma respeitosa, solicitamos que seja acatada esta justificativa e seus documentos comprobatórios.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109 da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

DAS QUESTÕES DE DIREITO E DE FATO:

Passamos a analisar as questões de fato e de direito com base nas diretrizes da Constituição Federal, Lei nº. 8666/93, edital de Tomada de Preços nº 11/2023-SEINFRA/CELOS, ATAS DELIBERATIVAS, doutrina e jurisprudência aplicada a espécie.

DA CONSTITUIÇÃO:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade,**



publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

DA LEI GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante.

DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS:

2.0 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.2. Para participarem da presente licitação, os interessados deverão comprovar que estão inscritos regularmente no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura Municipal de Aracati, junto ao setor de compras (aracaticompras@gmail.com), ou apresentar habilitação compatível com o objeto desta licitação, nos termos do Edital, no prazo de 03 (três) dias antes do recebimento das propostas, conforme Art. 22, parágrafo 9º da Lei n.º 8.666/93, com suas alterações posteriores e atualizada pela Lei nº 9.648/98.

2.3. Para participarem os interessados deverão comprovar que estão adimplentes, quanto a tributos, com o Município de Aracati, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais com a Secretaria de Finanças Municipal, obtido no site:



www.aracati.ce.gov.br/servicos/certidaonegativa.



DA HABILITAÇÃO

4.6. A licitante que apresentar documentação em desacordo com quaisquer dessas exigências, estará inabilitada a prosseguir no processo licitatório.

PARECER DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

EMPRESAS INABILITADAS: por descumprimento das exigências editalícias

1. GTM ENGENHARIA LTDA- item 2.3;

2.3. Para participarem os interessados deverão comprovar que estão adimplentes, quanto a tributos, com o Município de Aracati, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais com a Secretaria de Finanças Municipal, obtido no site: www.aracati.ce.gov.br/servicos/certidaonegativa.

NÃO APRESENTOU;

DO MÉRITO:

O princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**, possui extrema relevância, na medida em que vincula não só os licitantes, mas toda a administração pública às regras nele estipuladas. Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação, pois evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como, **transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade e do julgamento objetivo**.

A habilitação, é uma fase que consiste na verificação de documentos que comprovem a **regularidade fiscal**, habilitação jurídica, qualidade técnica e econômico-financeira do licitante, em **face das condições de participação** exigidas no edital. A finalidade desta fase é assegurar a adequada execução do contrato da licitante e, para tanto, é necessário que o vencedor da licitação tenha demonstrado sua capacidade técnica e financeira.

Os interessados em participar de licitação devem ler atentamente o instrumento convocatório e, com base nas informações nele contidas, levantar a documentação exigida e elaborar sua proposta, incluindo-as, respectivamente, nos envelopes de Participação e Habilitação e Proposta. Aquele que deixar de apresentar documento ou informação que deveria constar dos envelopes deverá ser inabilitado ou ter sua proposta desclassificada.

Assim, quando a Administração Pública define no edital, as condições de participação e habilitação de uma licitação, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, feridos estarão os princípios da licitação, em especial o da **igualdade** entre os licitantes



Em outro viés, a doutrina é pacífica em entender que a partir da publicação do edital de licitação, nasce o direito de impugná-lo, direito que se esvai com a aceitação das regras do certame, consumando-se a decadência. Segundo lição de Marçal Justen Filho e jurisprudência aplicada a espécie.



“a questão não reside na pura e simples omissão de impugnar as condições do edital, mas na participação no certame, sem ressalvas. Somam-se duas condutas distintas: ausência de impugnação (atuação omissiva) e participação no certame (atuação ativa), permitindo-se extrair-se a inferência de que o sujeito manifestara sua concordância com as condições estabelecidas e a renúncia a discordâncias”

A **regularidade fiscal** é requisito para a habilitação, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, fixou o parágrafo 3º do artigo 195 da Carta Magna como vetor normativo para se exigir a regularidade fiscal das licitantes, não somente de dívidas da Seguridade Social e Trabalhistas, mas também dos demais tributos incluindo os municipais. A jurisprudência que reconheceu que a exigibilidade da regularidade fiscal advém da própria Constituição Federal, bem como que deve ser mantida desde a habilitação até a vigência contratual, segundo o artigo 55 da Lei n.8.666/93

ADMINISTRATIVO. CONTRATO. ECT. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE MANTER A REGULARIDADE FISCAL. RETENÇÃO DO PAGAMENTO DAS FATURAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A exigência de regularidade fiscal para a participação no procedimento licitatório funda-se na Constituição Federal, que dispõe no § 3º do art. 195 que “a pessoa jurídica em débito com o sistema da Seguridade Social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios”, e deve ser mantida durante toda a execução do contrato, consoante o art. 55 da Lei n. 8.666/93.

2. O ato administrativo, no Estado Democrático de Direito, está subordinado ao princípio da legalidade (CF/88, arts. 5º, II, 37, caput, 84, IV), o que equivale assentar que a Administração poderá atuar tão somente de acordo com o que a lei determina(...)

(...). STJ REsp n. 633.432/MG, 1. T., rel. Min. Luiz Fux, j. 22.02.2005, DJ de 20.06.2005. Disponível em: www.stj.jus.br

Marçal Justen Filho, defende que o ente público deva negar a habilitação do licitante que estiver em irregularidade tributária ou falta de comprovação da mesma, inteligência do artigo 29, da Lei nº 8.666/93, que requer a regularidade perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, incluindo-se tanto dívidas tributárias como não tributárias, aqui incluídos os débitos com as autarquias e fundações públicas.

Por fim, o doutrinador refere a necessidade de haver ponderação entre os requisitos necessários à habilitação, assim se pronunciando:



“...Sob outro enfoque, a redução das exigências de participação amplia o risco de contratações desastrosas, pois dá oportunidade a que sujeitos destituídos de capacitação se saíam vencedores do certame. Logo a redução dos requisitos de participação configura-se como um fator que contribui para a elevação do risco de contratos mal executados. O efeito prático na redução da severidade na fixação dos requisitos de habilitação é a tendência à obtenção de objeto com preço reduzido, mas mal executado...”.

Assim, a recorrente além de não comprovar a exigência das CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, pois, não apresentou a **Certidão Negativa de Tributos Municipais**, emitida pela Secretaria de Finanças do Município de Aracati/CE, não arguiu nenhuma irregularidade em tempo hábil, para a administração modificar ou ratificar a questão aventada, nos termos do edital.

A alegativa da Recorrente de que não apresentou a Certidão Negativa de Débitos Municipais, por não constar no rol de documentos de habilitação, não é convincente, mas estava nas condições de participação, e mesmo confessando que não apresentou documentos exigido, vem querer justificar que não agiu de má fé, e apresenta uma desarrazoada justificativa que a Administração não implantou no sistema seu cadastro para emitir a referida certidão, o que não é o procedimento para obter a certidão, o edital já estabelece que caso apresente a documentação em desacordo com as exigências, o licitante será considerado inabilitado

CONCLUSÃO:

Isto posto, esta Comissão de Licitação opina por – CONHECER e NÃO PROVER - o presente recurso e suas razões, pois as assertivas ao norte, estão arrimadas nos princípios da LEGALIDADE, ISONOMIA, VINCULAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO, restando demonstrado que a empresa GTM ENGENHARIA LTDA., não cumpriu a exigência previstas no Edital de Convocação, apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais, confirmando assim a decisão de sua inabilitação, conforme decisão anterior desta Comissão, no certame licitatório, cujo objeto é contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ESTRADA DE CAJUEIRO A BR-304, neste Município, objeto da Tomada de Preços nº 11/2023-SEINFRA-CELOS.

Aracati/CE, 07 de Junho de 2.023

Presidente – Cintia Magalhães Almeida

Membro – Gabriela Pinto de Menezes

Membro – Ciara Cristina Lima Maia